

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE – SNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVE
26ª REUNIÃO ORDINÁRIA
13 E 14 DE SETEMBRO DE 2011

ATA

1 Ao décimo terceiro dia, do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniu-
2 se o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, para realizar a sua 26ª
3 Reunião Ordinária sob coordenação do senhor Gabriel Medina, presidente do
4 Conselho Nacional de Juventude. **Estiveram presentes:** O Sr. Gabriel Medina
5 – *Presidente do Conselho Nacional de Juventude*; Sra. Ângela Cristina Santos
6 Guimarães - *Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude*; Sr.
7 Francisco Rodrigo Josino Amaral – *Secretário Executivo do Conselho Nacional*
8 *de Juventude*; Sra. Severine Macedo – *Secretária Nacional de Juventude/SNJ*;
9 Sra. Maria Josana de Lima – *Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na*
10 *Agricultura Familiar/FETRAF*; Sr. Fransergio Goular – *Centro de Promoção da*
11 *Saúde/ CEDAPS*; Sr. Thiago Moraes – *Rede Juventude pelo Meio Ambiente e*
12 *Sustentabilidade/REJUMA*; Sra. Ana Carolina – *Ministério do Desenvolvimento*
13 *Agrário/MDA*; Sr. Pedro Bittencourt – *VIVA RIO*; Sr. Danilo Moraes –
14 *Coordenação Nacional de Entidades Negras/CONEN*; Sra. Luciana Martinelli –
15 *Agência de Mobilização Social/ARACATI*; Sra. Marjorie Botelho – *Instituto*
16 *Imagem e Cidadania*; Sr. Plínio Marcos; Sra. Juana Nunes Pereira – *Ministério*
17 *da Cultura/MinC*; Sr. Murilo Amatneeks – *Juventude do PT/JPT*; Sr. David
18 Almeida – *Centro de Apoio a Mães de Portadores de Deficiência/CAMPE*; Sra.
19 Fernanda Rodrigues – *Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos*
20 *Sociais/FBOMS*; Sr. Euzébio Jorge Silveira de Souza – *Centro de Estudos e*
21 *Memória da Juventude/CEMJ*; Sra. Carolina Alencar – *Confederação das*
22 *Mulheres no CMB*; Sr. Carlos Ricário; Sra. Eryka Danyelle Silva Galindo –
23 *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG*; Sr. Marc
24 Emmanuel Souza – *Juventude do PMDB/JPMD*; Sr. Geovani Machado –
25 *União dos Negros pela Igualdade/UNEGRO*; Sr. Paulo de Souza – *Central*

26 *Única dos Trabalhadores/CUT; Sr. Alexandre Valle – Ministério do*
27 *Desenvolvimento Social/MDS; Sra. Ana Paula Jones – Associação Raízes da*
28 *Tradição; Sr. Gabriel Lischinsky Alves dos Santos – Centro Popular de*
29 *Cultura/CPC; Sr. Max Dias – Rede Fale; Sr. Pedro Grabois – Aliança Bíblica*
30 *Universitária do Brasil; Sr. Jobert Andrade – Juventude do Partido Socialista*
31 *Brasileiro/JSB; Sra. Káthia Dudyk – Instituto Paulo Freire/IPF; Sr. Paulo*
32 *Vinícius – Central dos Trabalhadores do Brasil/CTB; Sr. Antônio Felipe de*
33 *Almeida Gonçalves – União dos Escoteiros do Brasil/UEB; Sra. Maria das*
34 *Neves – União Nacional dos Estudantes/UNE; Alex Nazaré – Secretaria*
35 *Nacional de Juventude/SNJ; Sr. Josbertini Virgínio – Comunidade*
36 *Empreendedora de Sonhos/CES; Sr. Alessandro de Leon – UNIJUV; Sr. André*
37 *Coutinho – Chefe de Gabinete da Deputado Federal Manuela D’Ávila; Sra.*
38 *Keila Chaves – Centro de Apoio a Mães de Portadores de Deficiência/CAMPE;*
39 *Sr. Hélio Barbosa; Sr. Igor Queluz – Brasil Júnior; Sra. Anna Cynthia Oliveira –*
40 *Gerente De Advocacy do GIFE; Sra. Rebeca Ribas – Instituto Aliança com o*
41 *Adolescente/IA; Sra. Paula Falbo – União Brasileira de Mulheres/UBM; Sr.*
42 *Nilton Lopes – Comunicação Interativa/CIPÓ; Sra. Danielle Basto – Escola de*
43 *Gente; Sr. David Barros – Instituto De Juventude Contemporânea/IJC.*
44 **Abertura.** Gabriel Medina iniciou os trabalhos agradecendo a presença de
45 todos. em seguida passou à aprovação da pauta daquela reunião. Antes da
46 aprovação da pauta solicitou um minuto de silêncio em homenagem à Sra.
47 Eliana, conselheira do CONJUVE, que falecera. Não havendo manifestações
48 acerca do conteúdo da pauta apresentada para aquela reunião, a mesma foi
49 aprovada. Passando então ao primeiro ponto daquele dia, os informes. O Sr.
50 Fransergio Goular informou que o Ministério da Saúde propunha e iria efetivar
51 no evento Rock in Rio testagem do HIV/AIDS, pois a questão do HIV/AIDS, o
52 diagnóstico tardio era o grande problema da epidemia no Brasil. Sugeriu que o
53 CONJUVE construísse uma carta colocando a necessidade da participação e
54 diálogo do Ministério da Saúde em qualquer ação relacionada com a saúde do
55 e da jovem brasileira e também tentar solicitar que duas pessoas do CONJUVE
56 pudessem participar de um monitoramento no Rock in Rio. A Sra. Ana Carolina
57 fez um informe sobre a criação no MDA do comitê permanente de juventude do
58 CONTRAF. Na sequência, o Sr. Gabriel Medina solicitou à Sra. Severine

59 Macedo que compusesse a mesa para que pudessem iniciar os informes sobre
60 o PPA. A Sra. Severine pontou que o objetivo geral daquele informe era colocar
61 todos a par do andamento da política de juventude, as ações da Secretaria no
62 PPA, o retorno sobre o orçamento do Conselho e também apresentar
63 oficialmente o Sr. Francisco Rodrigo Josino do Amaral, que assumiria a
64 Secretaria Executiva do CONJUVE. Com relação ao orçamento lembrou que o
65 ano de 2010 foi um ano eleitoral que teve pouca atividade pública. Na
66 mobilização o corte foi bastante grande porque limitou a 50% um recurso de
67 execução que já era pequeno. Em negociação com a Secretaria de
68 Administração e a Secretaria Executiva da Secretaria Geral obtivera um retorno
69 favorável do ponto de vista da demanda do Conselho e da demanda da
70 organização da Conferência, portanto tudo que foi demanda de funcionamento
71 do CONJUVE e demandas para funcionamento da Conferência não teve cortes
72 e tudo que foi apresentado foi garantido. Da apresentação da demanda da
73 Secretaria Nacional de Juventude houve um corte do que foi apresentado
74 anteriormente tanto do ponto de vista da ação internacional quanto da ação
75 interna, mas havia condições de garantir tendo em vista que a Conferência, a
76 principal agenda do ano de 2011, e o que foi garantido pela Secretaria de
77 Administração dava conta da ação até o final do ano. Sobre o PA comemorou e
78 informou, ao mesmo tempo, que tinham uma vitória importante, a juventude
79 teria um Programa específico dentro do Plano. Informou que havia uma
80 abertura de canais de negociação com vários Ministérios em curso e alguns
81 que já começavam a dar resultado efetivo, como, por exemplo, a parceria entre
82 o Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, o MDA e a SNJ para realizar um
83 edital de cultura ainda no ano de 2011 para apoiar iniciativas individuais e
84 coletivas de jovens na área cultural, que passaria também pela construção do
85 Prêmio Mais Cultura. No que dizia respeito ao Planejamento Estratégico da
86 Secretaria informou que estava em fase de finalização e a proposta era
87 pudesse apresentar para a mesa diretora ampliada, a fim de pautar discussões,
88 podendo assim apresentar de maneira mais organizada e consistente para o
89 conjunto do Conselho. Sobre a Conferência informou que o compromisso
90 assumido pela Secretaria de Administração era que ainda naquela semana
91 haveria a publicação do termo de referência. Sobre o Pró-Jovem informou que

92 estavam finalizando junto à SECADI a proposta do relatório sobre a transição e
93 a realização de um seminário para o final de outubro, para que pudessem
94 apresentar tanto para os conselheiros, quanto para gestores, a fim de discutir o
95 formato do seminário. Ponderou que a avaliação da SNJ dos primeiros seis
96 meses de gestão da Secretaria era que de fato estavam se debruçando muito
97 sobre a mudança do Pró-Jovem para o MEC e a 2ª Conferência Nacional de
98 Juventude, mas era uma avaliação bastante positiva de uma abertura do tema
99 para dentro do governo, da entrada da Secretaria em algumas áreas que não
100 participava anteriormente. E o segundo semestre seria um espaço para além
101 de realizar bem a Conferência, dar um ótimo retorno do ponto de vista da
102 construção da política nacional, organizar a casa, discutir os programas que
103 estavam sendo pensados, para que no ano de 2012 começassem executando
104 efetivamente as ações a nível local e a nível estadual. Por fim agradeceu a
105 todos a atenção. Complementando as informações dadas sobre o orçamento, o
106 Sr. Francisco Rodrigo Josino Amaral informou que a ação orçamentária de
107 2011 da Secretaria para o gerenciamento das políticas públicas era de
108 R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais) e do funcionamento exclusivo do
109 Conselho R\$1.908.900,00 (um milhão e novecentos e oito mil e novecentos
110 reais). Essa ação orçamentária do Conselho tinha a finalidade de garantir o
111 funcionamento do Conselho Nacional de Juventude, os investimentos que
112 podiam ser feitos, convocação e organização das reuniões ordinárias,
113 extraordinárias, câmaras técnicas, comissões, grupo de trabalhos e uma série
114 de itens que viabilizavam as reuniões, realização de estudos, reuniões,
115 conferências, seminários, workshops e oficinas, publicações. Tudo definido
116 pelo Conselho. Informou que a Secretaria Executiva propunha que
117 mensalmente, até o quinto dia útil, que as informações financeiras pudessem
118 ser enviadas, tanto informações de saldo, como do que havia de gasto do
119 Conselho. As informações seriam enviadas pela Secretaria Executiva para a
120 mesa diretora a fim de que pudessem fazer um controle maior das ações
121 executadas do Conselho. lembrou que havia um gasto total em torno de
122 R\$463.000,00 (quatrocentos e sessenta e três mil reais). Informações
123 atualizadas até o dia anterior àquela reunião ordinária. Concluiu colocando a
124 Secretaria Executiva à disposição do CONJUVE para maiores esclarecimentos.

125 O Sr. Gabriel Medina agradeceu as informações e de imediato passou a
126 palavra ao Sr. Pedro Bittencourt que traria esclarecimentos sobre o PPA. O Sr.
127 Pedro Bittencourt informou que explanaria sobre o PPA, o programa autonomia
128 mais participação da juventude que fazia parte do programa geral do governo
129 federal para o próximo o quadriênio 2012/2015. Lembrou que faria um resumo
130 rápido, visto que todos haviam recebido por e-mail o texto do Programa na
131 íntegra. Ressaltou a conquista da juventude em garantir um programa
132 específico para a temática no PPA de forma geral. Como primeiro ponto
133 destacou a garantia da transversalidade do tema dentro do governo federal, o
134 programa tinha objetivo e um grupo de iniciativas. O que queriam durante muito
135 tempo e era bandeira do movimento, e isso ficou evidente no PPA. O segundo
136 ponto se referia à autonomia e emancipação da juventude, inclusive houve
137 opção em fazer o programa com aquele nome para diferenciar de algumas
138 políticas de governo. Terceiro ponto fortalecimento institucional e do CONJUVE
139 a participação social. Ampliação da capacidade da Secretaria de Juventude
140 para elaboração, avaliação e monitoramento das PPJs. E o fortalecimento do
141 tema quanto objetos de políticas públicas específicas. Como objetivos elencou
142 a coordenação de políticas de juventude por meio da articulação das iniciativas
143 governamentais e da intensificação da participação social; articular a
144 implementação do plano nacional de enfrentamento a mortalidade da juventude
145 negra; implementação do Programa Estação Juventude; emancipação do
146 jovem, de duas formas primeiro financiamento de micro projetos produtivos
147 para a juventude, um jovem ou um grupo de jovens que tinha algum tipo de
148 vontade ou micro empreendimento no território, no meio rural, na favela, na
149 periferia, só que não tinha espaço ou política pública para viabilizar esse micro
150 projeto produtivo. E uma segunda ação com um programa nacional de
151 capacitação para a juventude rural, também na lógica de garantir autonomia
152 desse grupo de jovens. O quinto macro objetivo era o Pró-Jovem, um objetivo
153 que ficava sobre a responsabilidade do Ministério da Educação. O sexto macro
154 objetivo era uma ação do Ministério do Trabalho e Emprego, a aprendizagem
155 profissional. E o último macro objetivo era o Pró-Jovem Trabalhador dentro do
156 formato que estava em discussão também no MTE. Concluindo ressaltou que o
157 importante era garantir que o programa existisse, que a política de juventude

158 existisse, por que ele avançava numa série de temas, tinha uma série de
159 conquistas e um convencimento do governo federal de que essas políticas
160 eram importantes. Estava no Congresso Nacional, já havia aprovação
161 internamente no governo federal, o segundo passo seria conseguir aprovar no
162 Congresso Nacional. O Sr. Fransergio Goular questionou se não havia ação
163 orçamentária em articulação da implementação da agenda do trabalho
164 descente, apoio e fortalecimento das diretrizes da saúde do adolescente jovem.
165 O Sr. Danilo Marais questionou se era possível explicitar os Ministérios que
166 estavam envolvidos no diálogo sobre a mortalidade da juventude negra e o
167 quanto isso estava avançando do ponto de vista da discussão. A Sr. Luciana
168 Martinelli perguntou se era possível entender e debater o programa de
169 juventude como uma política do governo ou se o Programa foi utilizado mais
170 como uma perspectiva de alocação de orçamento do que de planejamento. A
171 Sra. Marjorie Botelho questionou se a meta da ampliação, a participação social,
172 a constituição dos dez grupos e o fortalecimento do CONJUVE realmente se
173 daria visto que teve um GT de juventude e algumas organizações que eram do
174 Conselho e as mesmas não foram convidadas a contribuir no processo. O Sr.
175 Gabriel Medina lembrou que na questão do orçamento foi apresentada uma
176 proposta orçamentária em abril para a Secretaria, o fechamento do
177 planejamento, que houve um trabalho árduo para fechar um planejamento de
178 todas as atividades do Conselho e só obtiveram retorno no final de julho. E o
179 retorno era que havia um corte no orçamento significativo de diárias e
180 passagens. Foi feito um replanejamento das atividades do Conselho e tiveram
181 um retorno positivo de um aditivo para responder as atividades. Ponderou que
182 houve frustração no Conselho de não terem uma relação mais permanente,
183 inclusive de um retorno do que foi apresentando, para que pudessem
184 readequar as atividades anteriormente. Faltou uma capacidade para incidir
185 melhor no processo, várias definições sobre o próprio Pró-Jovem foram
186 manifestadas, houve dificuldade no diálogo em relação à transição do Pró-
187 Jovem até conseguirem o restabelecimento do fluxo. A Sra. Severine Macedo
188 ponderou que faltava efetivamente um feedback mais permanente entre a
189 Secretaria e o Conselho para que as coisas pudessem avançar. Lembrou que
190 seria papel operacional do Secretário Executivo agilizar esse feedback, de

191 fazer esse debate com a mesa diretora ampliada. A ideia era que o Secretário
192 Executivo pudesse manter a relação de informar e diálogo aberto a partir do
193 Presidente, da vice-presidente, mas também direto com relação às Comissões,
194 com a mesa ampliada e o fluxo de informações. Com relação aos grupos de
195 trabalho esclareceu que a proposta da criação dos grupos não era para excluir
196 o Conselho ou substituir o Conselho, era importante deixar claro inclusive, a
197 proposta era que pudessem constituir alguns grupos e aproveitar alguns grupos
198 que o Conselho já tinha, que pudesse vir gente de outros movimentos que não
199 estavam no Conselho, que a Secretaria pudesse estar junto nesses debates.
200 Para o entendimento da Secretaria toda a discussão de elaboração de
201 diretrizes, da construção da política pública de juventude, passava pelo
202 Conselho, mas a Secretaria também tinha um papel e uma atribuição de
203 construir uma relação direta com o movimento social. Por isso a sugestão era
204 fortalecer cada vez mais a ação do Conselho, fazer grupos de discussão sobre
205 alguns temas considerados necessários, além de um aprofundamento com a
206 participação de conselheiros e Conselho. sobre o questionamento de trabalho
207 decente informou que a expectativa em relação ao tema era de fato
208 potencializar o debate na Conferência de Trabalho Decente no ano de 2012,
209 mas era preciso caminhar de fato para alinhar e definir a agenda de
210 implementação. Em seguida o Sr. Gabriel Medina agradeceu a presença da
211 Sra. Severine Macedo e do Sr. Pedro e suspendeu a reunião para o almoço.
212 Retomados os trabalhos a reunião foi reiniciada com a proposta do edital, que
213 foi lançada em Porto Alegre, que era uma parceria da Secretaria de Juventude,
214 Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da
215 Saúde. O Sr. Pedro Bittencourt convidou para compor a mesa e ajudar na
216 apresentação do ponto a Sr. Juana, conselheira pelo MinC e Sra. Ana Carolina,
217 conselheira do MDA. Informou que o desenho inicial da política de cultura e
218 juventude tinha três ações anunciadas. Primeiro o edital Juventudes Diálogos
219 interculturais e rede, segundo o prêmio cultura viva, cujo tema seria cultura e
220 juventudes, e o terceiro um programa de residências criativas que era uma
221 ideia de intercâmbio de jovens realizado em parceria com uma organização
222 britânica. Informou que a ideia da construção da política, primeiro era conseguir
223 transcender a visão estereotipada de juventude, fazer com que a política de

224 cultura contribuísse para que a sociedade, e até o poder público tivesse uma
225 visão diferenciada do que era a juventude. Reafirmar em todos os editais, em
226 todas as políticas a marca geracional. A estrutura da política seria feita através
227 de mapeamento das redes de jovens e de organizações juvenis que
228 trabalhavam com cultura e segundo um mapeamento de projetos e iniciativas.
229 Os marcos legais para a construção do edital foi a convenção da diversidade
230 da UNESCO, o plano de saúde e cultura, os documentos da 1º Conferência de
231 Juventude e o documento Reflexões do CONJUVE. Ressaltou que já
232 conseguiram 850 bolsas, sendo 600 bolsas individuais de até R\$15.000,00
233 (quinze mil reais) e 250 bolsas coletivas de até R\$40.000,00 (quarenta mil
234 reais) e até 200 prêmios individuais ou coletivos no valor de R\$40.000,00
235 (quarenta mil reais) e 200 bolsas de intercâmbio nacional no valor de
236 R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais). Sobre o Prêmio Cultura Viva que estava
237 na quarta edição, seria realizado em parceria com o Centro de Estudo e
238 Pesquisas em Educação Cultura e Ação Comunitária, o CENPEC, que seria
239 realizado ao longo do ano de 2012 com investimento de R\$3.100.000,00 (três
240 milhões e cem mil reais). A terceira iniciativa, Residências Criativas tinha um
241 investimento de R\$7.600.000,00 (sete milhões e seiscentos mil reais) e a ideia
242 era que pudessem construir uma política de cultura e juventude. O Sr. Gabriel
243 Medina apresentou como sugestão um encaminhamento de debater o tema
244 primeiro na mesa, para apresentar uma proposta ao Ministério da Cultura, com
245 o GT de Comunicação e Educação. De volta aos informes o Sr. Murilo
246 Amatneeks informou que a ANPG realizou o 38º Conselho Nacional de APGs,
247 de Associações de Pós-Graduandos, em Recife, com a participação de mais de
248 quarenta grandes universidades e diversos Estados do Brasil, em que se
249 discutiu, dentre os pontos principais, não só a questão da pós-graduação
250 brasileira, mas pontos de relevância na questão da educação. Em seguida o
251 Sr. David de Almeida entregou ao Conselho, na pessoa do Sr. Gabriel Medina
252 uma nota técnica da Campanha Nacional pelo Direito a Educação, sobre a
253 questão dos 10% do PIB para a educação. O Sr. Euzébio Jorge Silveira de
254 Souza informou sobre a realização do Fórum Debate de Legado Social, no dia
255 20 de setembro de 2011, na Câmara Municipal, onde se fariam presentes a
256 Secretaria Especial da Copa, o Secretário de Esportes do Rio de Janeiro, o Sr.

257 Gilmar Mascarenhas, um professor da UERG. Terminados os informes o Sr.
258 Gabriel Medina de imediato passou a palavra para a Sra. Ângela Cristina
259 Santos Guimarães para fazer os informes da Conferência Nacional de
260 Juventude. A Sra. Ângela Cristina Santos Guimarães informou que a CON fez
261 a sua 5ª reunião no dia anterior àquele e o alvo da discussão foram as etapas
262 Estaduais, que começavam nos meses de setembro e outubro de 2011. Que
263 havia um total de 100% dos Estados com data de Conferência marcada, com
264 Conferência convocada, com regimento interno debatido e aprovado, e COE
265 realizando reunião. Em relação às Capitais, Maceió, Macapá e Belém, não
266 convocaram as Conferências Municipais até aquele dia. Anunciou realização
267 da Conferência Virtual de Juventude e das Conferências Territoriais. Lembrou
268 que o conjunto de materiais demandados como os folders, os cartazes e os
269 banners estavam em quantidade disponível para distribuição nos Estados. Com
270 relação à consulta, informou que foi aprovada na reunião uma resolução a fim
271 de realizar a segunda consulta nacional aos povos e comunidades tradicionais
272 nos dias 18 e 19 de outubro em Brasília. Terminados os informes sobre a 2ª
273 Conferência Nacional de Juventude foi aberta a palavra para que os
274 conselheiros se manifestassem a respeito do andamento das Conferências
275 Estaduais. Terminados os informes das Conferências Estaduais, o Sr. Gabriel
276 Medina passou a palavra ao Sr. Alex para que este fizesse os informes das
277 Conferências Virtuais, que informou que a Conferência Virtual Livre tinha um
278 portal, confjuve.org onde todos poderiam se apropriar bem do processo
279 comentando, apoiando e sugerindo, pois havia um cadastro tanto individual
280 quanto por entidade. Que o portal também tinha uma interação com o
281 facebook. Fez uma explicação geral de como o portal poderia ser utilizado.
282 Desejou que aquele um espaço de acúmulo de debate e mais uma
283 característica de sucesso da 2ª Conferência. Em seguida o Sr. Gabriel Medina
284 agradeceu os informes e passou então à homenagem pelo lançamento do livro
285 do conselheiro Josbertini Virgínio que teve sua monografia de mestrado, sobre
286 a juventude transformada em livro. Sem tempo para mais discussões o Sr.
287 Gabriel Medina encerrou os trabalhos naquele dia. Retomados os trabalhos no
288 segundo dia de reunião o Sr. Gabriel Medina solicitou que compusessem a
289 mesa a Sra. Rebeca Ribas e o Sr. André Coutinho, chefe de gabinete da

290 deputada Manoela D'Ávila, a fim de tratarem da pauta do estatuto da
291 juventude. Enfatizou que a aprovação do estatuto da juventude e do Plano
292 Nacional de Juventude, eram fundamentais para pudessem alcançar uma
293 política de estado para a juventude. Lembrou que estatuto e o plano nacional
294 de juventude foram produtos, produzidos pela comissão especial de juventude
295 da Câmara Federal, em 2004. Ponderou que a Mesa Diretora compreendia que
296 o Conselho Nacional de Juventude precisava dar uma contribuição mais
297 relevante para o projeto de lei, e foi definido que aquela reunião seria dedicada
298 a uma elaboração de uma posição do Conselho em relação à melhoria do
299 projeto, de aprofundar algumas questões que ainda não estavam bem
300 trabalhadas, de temas que precisavam ser aprofundados, de debates que
301 precisam ser feitos em torno do estatuto para pudessem qualificá-lo. O Sr.
302 André Coutinho informou que a proposta foi aprovada pela Comissão Especial,
303 designada a tratar do estatuto, era fruto justamente da contribuição do
304 Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e dos
305 gestores que puderam participar do processo de construção. Era um processo
306 que tramitava desde 2004, em 2008 foi constituída uma comissão especial com
307 a participação de todos os partidos da câmara. Em 2009 se debateu através de
308 audiências públicas, tanto na própria comissão, como nos estados e encerrou-
309 se o processo votando o relatório que foi construído. O fato era que a proposta
310 estava pronta para ir a votação no plenário e dependia primeiro da pauta do
311 plenário ser liberada. Ponderou que havia alguns ajustes a serem feitos que
312 deveriam ser feitos o quanto antes para que pudessem inclusive levar a
313 proposta a ser aprovada o mais rápido possível. A Sra. Luciana Martinelli
314 questionou quais seriam os trâmites de aprovação da proposta. O Sr. Paulo
315 Vinícius solicitou uma melhor explanação sobre a situação da correlação de
316 forças no Congresso. O Sr. Euzébio Jorge Silveira de Souza perguntou qual
317 era a profundidade das mudanças que podiam ser feitas que não viessem a
318 atrapalhar o trâmite, o progresso e o avanço da aprovação. O Sr. André
319 Coutinho esclareceu que a tramitação passava pela comissão, estaria pronta
320 para ir para o plenário, então teria a opinião da câmara dos deputados, quando
321 chegava ao plenário as lideranças partidária ou as lideranças da minoria,
322 podiam destacar pontos do projeto. E aí ele podia ser aprovado na sua

323 integralidade ou ser aprovado destacando algumas coisas. Se aprovado seguia
324 para o Senado. Se o Senado mexesse no texto voltaria a tramitação para
325 câmara dos deputados, se o Senado aprovasse da forma que chegou até ele,
326 seguia para sanção ou para o veto presidencial. Com relação ao
327 questionamento da correlação de forças, esclareceu que primeiro qualquer
328 projeto de lei que gerava custos ou tinha previsão de gerar custos, tinha uma
329 dificuldade muito grande em avançar e colocar em votação. No entanto, não
330 acreditava que no plenário as lideranças partidárias, viessem destacar o projeto
331 nesse sentido. O Sr. Gabriel Medina agradeceu as contribuições do Sr. André
332 Coutinho e suspendeu os trabalhos para o almoço. Retomados os trabalhos o
333 Sr. Gabriel Medina informou que precisariam discutir o que precisava ser
334 incluído, retirado das propostas para qualificar o estatuto. A Sra. Rebeca Ribas
335 ponderou que o documento todo do estatuto trazia algumas proposições de
336 ações e não necessariamente descrevia o que era o direito em si, não
337 detalhava o direito. Com relação ao recorte etário que o estatuto trazia era um
338 recorte inclusive proposto pelo próprio conselho, de quinze a vinte e nove e
339 distribuindo nas três faixas dos quinze aos dezoito, porém, era preciso que
340 pensassem com muita cautela como formulariam isso em termo de lei. No que
341 dizia respeito às diversidades, o estatuto fazia o exercício de contemplar o
342 estatuto na diversidade, mas ele não conseguia ainda fazer isso de uma forma
343 igualitária nos capítulos de uma forma equânime. Propôs pensarem uma leitura
344 mais geral. Ainda no texto todo, a contemplação de gênero. O Sr. Gabriel
345 Medina expos suas preocupações. Primeiro como incorporar a discussão dos
346 novos direitos. Ainda que teria que haver uma discussão sobre o passe
347 estudantil. Considerou ainda que o estatuto abria a possibilidade de que as
348 políticas destinadas aos usuários de drogas fossem feitas por convênios com
349 instituições religiosas, era sabido por todos que a rede de oferecimento de
350 clínicas, comunidades terapêuticas era muito estruturada por instituições
351 religiosas, fossem elas católicas, evangélicas das mais variadas e achava
352 muito problemático o estatuto abrir esta brecha para desrespeitar a ideia de
353 estado laico. Enfatizou que se fosse para haver um sistema nacional de
354 juventude ele tinha que se articular necessariamente com o SUS, com o SUAS,
355 com a educação, com o plano nacional de educação, com as políticas

356 estruturais, e mais do que isso, tinha que conseguir fazer com que a execução
357 do que não era política stricto sensu juventude, que não executada pelo órgão
358 de juventude, pudesse ser considerada uma política do sistema nacional de
359 juventude. A discussão sobre a necessidade de uma carga horária de trabalho
360 adequada ao período da juventude tinha que garantir o jovem estar na escola,
361 se optasse por estar ou fazendo outras atividades culturais formativas. Aquele
362 era um debate central de um projeto que tentaria mudar a vida da juventude
363 brasileira. O Sr. Fransergio Goular pontuou questões na área da saúde que o
364 estatuto não contemplava, ou que tratava a questão de forma geral. A Sra.
365 Luciana Martinelli pontuou questões a respeito da necessidade de limpar um
366 pouco o texto não no sentido de julgar o mérito ou não, mas uma adequação
367 inclusive à peça. Ponderou que o CONJUVE precisava conversar e emitir uma
368 posição sobre a questão da faixa etária do estatuto. O Sr. David Almeida
369 ponderou que na seção três no artigo nove que dizia que todo jovem tinha
370 direito a educação de qualidade com garantia de ensino fundamental
371 obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele tivessem acesso na idade
372 adequada, faltou contemplar ensino médio e superior. A Sra. Fernanda
373 Rodrigues destacou que na página quatorze que relacionada ao direito ao meio
374 ambiente ecologicamente equilibrado, em muito daquelas concepções dos
375 artigos eles já estavam ultrapassados, ultrapassados no sentido da discussão
376 que estava acontecendo nas redes de educação ambiental, no movimento de
377 juventude pelo meio ambiente e de todos os oito anos de discussão do plano
378 nacional de juventude pelo meio ambiente. Por isso precisavam modificar um
379 pouco o artigo na questão da concepção. Destacou ainda que os artigos trinta
380 e quatro e trinta e cinco, tinham muitos parágrafos iguais praticamente, falavam
381 muito de educação ambiental, de incentivar as políticas públicas de juventude.
382 Após vasta discussão a respeito da opinião de cada conselheiros acerca da
383 proposta de Estatuto apresentada o Sr. Gabriel Medina ponderou que
384 precisavam encaminhar a questão. Destacou que era preciso reconhecer, que
385 por mais que os anseios fossem enormes, as necessidades dos jovens fossem
386 maiores ainda do que os anseios, a capacidade de discussão da agenda
387 política que envolvia o tema da juventude era limitada. O conselho sempre
388 trabalhou com escolhas, ao receber a informação que os estatuto tinha o seu

389 processo avançado na sua tramitação, rapidamente a pauta foi levada para a
390 mesa diretora onde foi colocada prioridade da agenda do Conselho Nacional de
391 Juventude. Foi feito o convite para o gabinete da deputada Manuela, para
392 dialogar com o CONJUVE, no sentido de estabelecer uma ponte, de fazer
393 contato, de fazer aproximação, e o que foi encaminhado na última reunião da
394 mesa diretora, era de que a contribuição do conselho não seria da
395 possibilidade de alteração do Estatuto. o Sr. Fransergio Goular sugeriu a
396 criação de um grupo para pautar discussões a respeito da questão, inclusive
397 saindo daquela reunião já com a pauta de uma data para que o grupo se
398 reunisse. O Sr. Gabriel Medina sugeriu uma composição de seis pessoas para
399 o GT proposto que teria como primeira responsabilidade a sistematização
400 daquele debate. Os nomes consensuados para composição do GT foram:
401 Paulo Vinícius, David Barros, Ana Carolina, Alessandro de Leon, Rebeca
402 Ribas, Thiago Moraes e Fransegio Goular. Foi definida também data de 27 de
403 setembro para o primeiro encontro. Na sequência o Sr. Gabriel Medina passou
404 ao último ponto de pauta referente a duas moções, uma Moção de repúdio a
405 não participação democrática da juventude na Conferência Estadual de
406 Manaus que foi acordo aprovação por e-mail. A segunda uma moção de
407 repúdio às políticas de internação compulsória, que após leitura foi acordo
408 retirar a moção para alterações no texto e envio ao e-mail dos conselheiros
409 para aprovação. **Encerramento.** Sem mais pontos de pauta a serem tratados
410 naquela reunião o presidente, Gabriel Medina agradeceu a todos e encerrou os
411 trabalhos.
412